



Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2022

Portugal

Sobre o IDES

A Comissão Europeia tem vindo a acompanhar, desde 2014, o progresso digital dos Estados-Membros através dos relatórios do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES). Todos os anos, os relatórios incluem perfis nacionais, que ajudam os Estados-Membros a identificar áreas de intervenção prioritárias, bem como capítulos temáticos que apresentam uma análise das principais áreas da política digital ao nível da UE. O IDES classifica os Estados-Membros em função do seu nível de digitalização e analisa os progressos relativos realizados nos últimos cinco anos, tendo em conta o seu ponto de partida.

A Comissão ajustou o IDES, a fim de o alinhar com as quatro vertentes estabelecidas na proposta de decisão da Comissão «[Guião para a Década Digital](#)», que está a ser negociada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. A proposta estabelece metas a nível da UE para concluir uma transformação digital abrangente e sustentável em todos os setores da economia até 2030. Onze dos indicadores do IDES de 2022 aferem a concretização das metas definidas na Década Digital. No futuro, o IDES será alinhado de forma ainda mais estreita com a Década Digital, de modo a garantir que todas as metas sejam abordadas nos relatórios.

Até à data, a digitalização na UE é desigual, embora existam sinais de convergência. Se os pioneiros se mantêm na linha da frente, há agora um grupo considerável de Estados-Membros cujas pontuações rondam a média da UE. Importa salientar que a maioria dos Estados-Membros que registavam um nível inferior de digitalização há cinco anos estão a avançar mais rapidamente do que os restantes, o que prenuncia uma convergência global no domínio digital na UE.

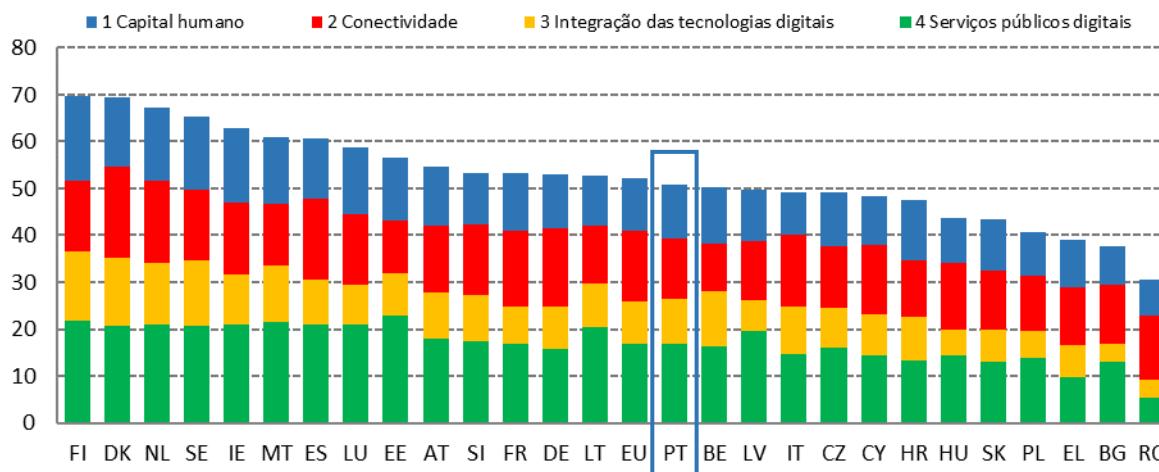
A consecução das metas da Década Digital depende de um esforço coletivo. Cada Estado-Membro contribuirá para a realização deste objetivo ambicioso a partir de uma posição inicial distinta, determinada pelos seus recursos, pelas vantagens comparativas e por outros fatores pertinentes, como a dimensão da população, a escala da economia e os domínios de especialização. Por exemplo, os Estados-Membros com grandes economias ou populações terão de ter um bom desempenho para que a Europa no seu conjunto possa alcançar as metas até 2030. Os pioneiros digitais terão de continuar a progredir para liderar a digitalização a nível mundial, conquanto todos os esforços de digitalização dos Estados-Membros sejam impulsionados pelas respetivas necessidades económicas e sociais.

As pontuações e classificações obtidas pelos diferentes Estados-Membros no IDES dos anos anteriores foram recalculadas para refletir as alterações a nível dos dados subjacentes. Para mais informações, consultar o [sítio Web do IDES](#).

Panorâmica

IDES 2022	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
	15	50,8	52,3

Classificações do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2022



Portugal ocupa o 15.º lugar entre os 27 Estados-Membros da UE na edição de 2022 do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES), tendo subido uma posição em relação a 2021. Os progressos relativos de Portugal¹ são, de modo geral, ligeiramente inferiores aos dos países homólogos, pelo que há margem para o país acelerar os seus esforços de digitalização.

A Estratégia e o Plano de Ação para a Transição Digital de 21 de abril de 2020 identificaram como prioridades nacionais a capacitação e a inclusão digital das pessoas, a transformação digital do tecido empresarial e a digitalização da Administração Pública. Estes objetivos estão em consonância com as componentes da dimensão «transição digital» do seu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), centrada nas competências digitais e na digitalização das empresas e da Administração Pública. Os princípios orientadores da estratégia e do plano de ação tiram partido de programas e estratégias anteriores bem-sucedidos, complementando-os com novos programas e estratégias. Estruturado em torno de três vertentes — pessoas, empresas e Administração Pública — o plano intersetorial engloba os aspetos mais pertinentes da transição digital. Em 2022, deverá ser apresentado um Roteiro Estratégico Nacional para a Década Digital, a fim de articular o plano de ação com os objetivos do programa estratégico da UE para 2030 «Guião para a Década Digital».

Foi criada uma estrutura oficial – [Estrutura de Missão Portugal Digital](#) (EMPD) – para coordenar e acompanhar a execução do plano de ação. Esta missão, atualmente em curso, tem vindo a ser cumprida com uma eficácia cada vez maior, uma vez que a EMPD criou uma [plataforma](#) para monitorizar os resultados das iniciativas e os indicadores do IDES, fornecendo informações transparentes ao público sobre os progressos realizados. Em 2021, o Governo português melhorou o

¹ Consultar a secção 1.3 do capítulo horizontal do IDES de 2022.

INCoDe.2030, a estratégia nacional de capacitação, com uma governação e uma coordenação mais simples. Associou cada medida a objetivos e definiu indicadores com metas a atingir em 2025 e 2030. Foi criado o [Observatório das Competências Digitais](#)², enquanto sistema de recolha, registo, análise de dados e fornecimento de informações sobre estes indicadores e indicadores conexos, sendo gerido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Portugal tomou uma série de medidas para dotar a sua população de competências, expandir a conectividade e apoiar a adoção de tecnologias pelas pequenas empresas. No entanto, continuam a existir disparidades entre as empresas e as pessoas no que se refere à adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Para reduzir o fosso digital em Portugal, são necessários mais diplomados no domínio das TIC. A pontuação de Portugal (4,7 %) está muito próxima da média da UE (4,5 %) – uma tendência que se afigura positiva para a sua futura quota de especialistas digitais na população ativa, no contexto da meta da UE para a Década Digital em matéria de competências digitais básicas e de especialistas em TIC.

Portugal intensificou os seus esforços para aumentar o nível de competências digitais das pessoas em geral e da população ativa em particular, alargando o âmbito da Iniciativa Nacional Competências Digitais INCoDe.2030 com a execução do [Plano de Ação para a Transição Digital de 2020](#). O Plano de Ação para a Transição Digital constitui um marco importante, tendo em conta que, no que se respeita à adoção de tecnologias, uma implementação atempada tem impacto no aumento da produtividade, especialmente nas pequenas empresas.

As infraestruturas de conectividade são de boa qualidade, havendo margem para expansão da cobertura 5G. O país tem um bom desempenho em termos de acesso à banda larga fixa de, pelo menos, 100 Mbps e de cobertura de Internet fixa de alta velocidade, mas o seu desempenho diminuiu no que respeita ao número de assinaturas de dados móveis por 100 habitantes e à implantação da tecnologia 5G. Estão a ser aplicadas inúmeras medidas para fomentar a adoção das TIC, e empresas e institutos de investigação estabeleceram parcerias para promover a inovação. Espera-se que o seu âmbito de aplicação seja alargado com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

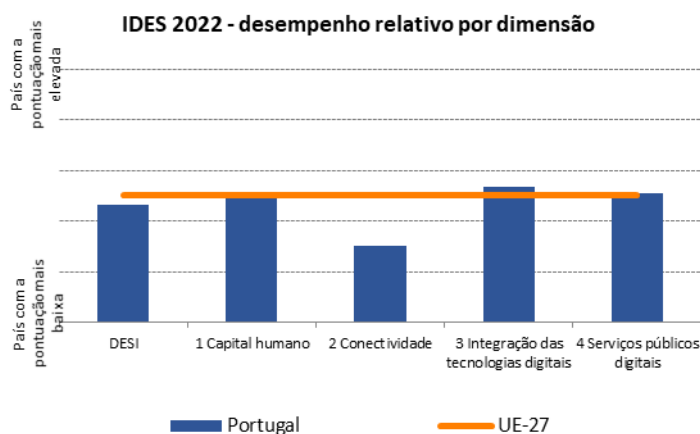
Portugal transformou o funcionamento da sua Administração Pública e a conceção dos serviços públicos graças a uma digitalização sustentada ao longo do tempo, estando a ponto de se juntar aos líderes da UE neste domínio. Um quadro jurídico e regulamentar abrangente estabelece as bases para a simplificação administrativa e a digitalização, assegurando simultaneamente a proteção de dados, a cibersegurança e a participação do público. O Governo criou uma estrutura de governação politicamente habilitada, o Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação (CTIC), que coordena a execução da Estratégia para a Transição Digital no setor público. Portugal combinou investimentos nos seus facilitadores digitais, ou seja, plataformas de identidade digital e interoperabilidade, com iniciativas estratégicas que reuniram apoio político a favor das reformas. Um exemplo é o programa emblemático de simplificação administrativa SIMPLEX, em funcionamento desde 2006. A estratégia digital portuguesa centrou-se igualmente nos serviços críticos de saúde e justiça e na redução da burocracia. Exceto no que respeita ao número de utilizadores de serviços de Administração Pública em linha e às aplicações de megadados, Portugal excede ou iguala as médias da UE no domínio dos serviços públicos digitais.

A dependência excessiva de uma Administração Pública em linha avançada pode, no entanto, deixar para trás um número excessivo de pessoas, tendo em conta o défice de competências digitais de Portugal. Em resposta a esta constatação, foi criada uma Rede de Espaços Cidadão, onde funcionários

² Com o [Decreto-Lei n.º 156/2019](#),

mostram ao público como pode aceder e utilizar serviços de diferentes instituições públicas. Além disso, Portugal está atualmente a seguir uma abordagem omnicanal.

A transição digital é uma das prioridades estratégicas de Portugal. Após a tomada de posse do XXIII Governo Constitucional, em 30 de março de 2022, o novo Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa passou a ser responsável pela digitalização, diretamente sob a tutela do Primeiro-Ministro.



Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, o país facilitou o acesso dos ucranianos deslocados aos serviços e ao emprego, simplificando procedimentos administrativos e requisitos, e assegurando o acesso aos serviços tributários, de segurança social e ao Serviço Nacional de Saúde. O Centro Nacional de Cibersegurança aumentou o seu nível de alerta, tendo reforçado a partilha de informações com a Administração Pública, os serviços essenciais, os operadores de infraestruturas críticas e a rede nacional de Equipas de Resposta a Incidentes de Segurança Informática (CSIRT). Tal permitiu destacar as principais ameaças, bem como práticas de proteção e reação. A ação foi levada a cabo tendo em conta a cooperação internacional com a Agência da UE para a Cibersegurança, a CERT.EU e a Rede Europeia de CSIRT. Foram também divulgadas através das redes sociais as melhores práticas de ciber-higiene a adotar pelo público neste contexto. Realizaram-se várias reavaliações dos riscos cibernéticos para intensificar a monitorização de ciberataques e as carteiras de prestadores de serviços foram revistas, nomeadamente para substituir empresas russas. Portugal acordou com os operadores de telecomunicações a atribuição de cartões SIM gratuitos aos ucranianos deslocados durante 3 meses.

«*Portugal for Ukraine*» é uma [plataforma](#) que congrega todas as medidas estatais relacionadas com o conflito na Ucrânia, nomeadamente nas vertentes de ação internacional, apoio humanitário e integração em Portugal de pessoas deslocadas (incluindo ofertas de emprego divulgadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional). Portugal abordou a questão da remoção de informações imposta pelas autoridades russas com base no uso de determinadas palavras e na referência a determinados atos, bem como os entraves colocados à cobertura dos meios de comunicação social estrangeiros na Rússia. O [Grupo Informal de Literacia para os Media](#) realizou o webinar «*A liberdade dos media: vítima da guerra?*»

A dimensão digital do plano de recuperação e resiliência (PRR) português

A dimensão digital concentra 22,1 %³ do montante global do PRR português. As medidas digitais mais proeminentes incluídas no plano são a educação e a formação em competências digitais; a transformação digital das empresas; e a digitalização do Estado como alavanca para: i) a sustentabilidade das finanças públicas; ii) um ambiente de negócios competitivo; e iii) uma Administração Pública eficiente. As medidas incidem nas prioridades de Portugal no domínio digital, abordando aspetos estruturais do seu sistema socioeconómico num horizonte a longo prazo. Portugal recebeu o seu primeiro desembolso com base nas metas e marcos alcançados. Entre as medidas digitais implementadas inclui-se a celebração de contratos de aquisição de computadores para alunos e professores. Esta medida faz parte de uma componente de educação digital abrangente, que visa melhorar a conectividade das escolas públicas; digitalizar os conteúdos educativos; formar professores em competências digitais básicas ou avançadas, incluindo sobre a integração das tecnologias digitais nos programas curriculares; e disponibilizar laboratórios de educação digital equipados com tecnologias digitais avançadas para a educação, como impressoras 3D e robôs educativos.

Foram selecionados dezassete polos de inovação digital (DIH) para prestar serviços de consultoria a 4 000 empresas, a fim de melhorar os seus processos de produção, através da automatização ou incorporação de tecnologias disruptivas.

O quadro jurídico para a transformação digital da Administração Pública entrou em vigor, nomeadamente a Estratégia e o Plano de Ação para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026. Inclui disposições sobre as salvaguardas de segurança da informação exigidas, bem como sobre as salvaguardas específicas em matéria de cibersegurança para apoiar a transição digital.

Foi publicado o concurso para a construção de infraestruturas digitais no âmbito das Acessibilidades 360°. A medida visa facilitar a participação das pessoas com deficiência na sociedade, disponibilizando ferramentas e serviços de informação digital adaptados às suas necessidades. O lançamento do concurso constitui um passo no sentido da execução da medida para construir infraestruturas digitais que abranjam a georreferenciação da localização e das condições de acessibilidade de edifícios públicos, bem como de edifícios privados e lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida.

³ Cada plano de recuperação e resiliência deve consagrar pelo menos 20 % da sua dotação total aos objetivos digitais. Para tal, os planos tinham de especificar e justificar até que ponto cada medida contribui para objetivos digitais – integralmente (100 %), parcialmente (40 %) ou nada (0 %) –, com recurso ao anexo VII do Regulamento MRR. A combinação dos coeficientes com as estimativas de custos de cada medida permite avaliar até que ponto o plano contribui para a consecução dos objetivos digitais e se cumpre a meta de 20 %.